

Mário Belo Morgado: “Reivindico o fim das disparidades salariais”

O magistrado foi o primeiro civil a liderar a PSP em 2002. Mário Belo Morgado, atualmente vice-presidente do CSM, assumiu esta “pasta” em abril do ano passado. Dirigiu os Serviços Judiciários em 1991. Foi o único candidato ao cargo que exerce atualmente, o que não acontecia há duas décadas. Considera que o principal desafio da justiça atualmente é que esta “funcione sem demoras”.

Segundo o Relatório de Atividades do CSM de 2017, o orçamento atribuído este ano para o CSM é insuficiente. O que poderá ficar prejudicado com esta restrição orçamental?

Nesta matéria interessa realçar que em janeiro último se transferiu para o CSM a competência para processar e pagar as remunerações dos juizes de 1.ª instância, assim se dando um importante passo no sentido da plena autonomia administrativa e financeira do Conselho, há muitos anos reivindicada pelos juizes portugueses. Se necessário, solicitaremos ao Ministério das Finanças a utilização da reserva de 2,5% (do total dos 152 milhões de euros) e a libertação das cativações estabelecidas na Lei do Orçamento do Estado, de molde a garantir o normal funcionamento do Conselho. É um processo que está a correr muito bem e que vai continuar a correr bem.

A imagem da Justiça (no que à magistratura judicial respeita) está a melhorar?

A capacidade de resposta dos tribunais tem aumentado significativamente após a entrada em vigor do novo mapa judiciário e do atual modelo de gestão das comarcas. A par das suas competências tradicionais, o CSM tem agora a responsabilidade da gestão macro, dispondo de instrumentos que lhe permitem definir objetivos estra-

tégicos e, numa lógica de proximidade que radica nas comarcas e nas especificidades de cada uma delas, real coordenação e acompanhamento dos juizes e dos tribunais, através dos presidentes das comarcas. Todos os dados indicam uma generalizada descida das pendências processuais. Temos de inverter a perceção enraizada na opinião pública de que o sistema de justiça é lento e continuar a trabalhar para aumentar consistentemente a capacidade de resposta dos tribunais.

A avaliação da magistratura é um tema muito caro aos cidadãos. Já foram feitas alterações nesse sentido. Esse lado fechado e corporativista da magistratura tem de acabar?

Não percebo essa crítica. Temos uma arquitetura institucional que claramente acautela a legitimação democrática dos órgãos de governo dos juizes e dos tribunais, bem como os imperativos de *accountability*, de prestação de contas, inerentes a todas as instituições públicas. De facto, o desempenho dos tribunais é permanentemente monitorizado pelo CSM que, num total de 17 membros, tem dois designados pelo Presidente da República e sete eleitos pelo Parlamento. Todos os juizes são rigorosamente avaliados pelo menos de quatro em quatro anos. Nos júris dos concursos de acesso aos tribunais superiores intervêm professores universitários e há uma minoria de juizes. A par de inúmeras reuniões de trabalho com membros do governo, bem como com deputados, o CSM apresenta anualmente ao Parlamento um relatório de atividades.

Se tivesse a ministra da Justiça à sua frente, qual seria o pedido que lhe faria enquanto vice do Conselho e enquanto magistrado judicial?

Enquanto vice do CSM, acho essencial uma reforma das leis processuais verdadeiramente consentânea com as exigências de eficácia do século XXI. Enquanto juiz e cidadão, reivindico o fim da gritante disparidade que existe entre as remunerações daqueles que exercem funções de soberania e as dos responsáveis pelas entidades reguladoras e dos institutos públicos. Só assim conseguimos que os melhores e mais íntegros continuem dedicados ao serviço público.

“Todos os magistrados judiciais são rigorosamente avaliados pelos inspetores pelo menos de quatro em quatro anos”